



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 1º QUADRIMESTRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Processo : TC-006941.989.20-4

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

Período examinado : 1º trimestre de 2021

Prefeito : Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva

CPF nº : 254.058.838-75

Período : 01/01/2021 a 30/04/2021

Relatoria : Dr. Antonio Roque Citadini

Instrução : UR-18 / DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva, responsável pelas contas em exame (doc. 01).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	B	B	C+
i-Fiscal	B	C	B
i-Educ	C+	C	C
i-Saúde	B	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.



A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001467.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal nº 550/2013. O responsável é ocupante de cargo efetivo e elaborou o relatório do 1º quadrimestre de 2020 (doc. 02).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

A Lei Municipal nº 741/2020 (LDO – doc. 03) no seu artigo 17, prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual de 15%, ou seja, acima da inflação (IPCA acumulado de 2020 foi de 4,52%).

O estabelecimento de percentual acima da inflação para realização de remanejamento, transferência e transposição pode indicar excessos na reprogramação orçamentária pelo gestor público para modificação do orçamento durante a sua execução sem o conhecimento do órgão legislativo, o que pode causar desconfiguração do orçamento original.

Também a Lei Municipal 742/2020 (LOA – doc. 04), no seu artigo 3º, autorizou a abertura de créditos adicionais por decreto em percentual em acima da inflação (15%).

Na Prefeitura Municipal não há estrutura administrativa voltada para planejamento, o que pode comprometer o desempenho dessa função (questão 15 do IEGM 2020).

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:



OBRA PARALISADA					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
TC-019954.989.17-4	R\$1.019.035,09	R\$160.202,43	SUPERAÇÃO OSVALDO CRUZ CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	27.12.2017	Construção de Escola de Centro de Educação Infantil
TC-019946.989.17-5	R\$547.292,35	R\$600.267,17	GADU SANEAMENTO LTDA	31.12.2015	Construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil

O TC-019954.989.17-4, referente à obra paralisa da construção de Escola de Centro de Educação Infantil, encontra-se ainda em trâmite nesta Corte de Contas.

O TC-019946.989.17-5, referente à obra paralisa da construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, foi arquivado, tendo em vista que a verba de contratação é de origem federal e oriunda de convênio firmado entre a municipalidade e a União, extrapolando a competência desta E. Corte de Contas.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021 (doc. 05).

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 4.519.644,30	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 5.530.543,54	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 255.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 1.265.899,24	-28,01%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado no doc. 06.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o município foi alertado tempestivamente, por duas vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária (doc. 07).

Consideradas as despesas liquidadas (R\$ 4.055.433,12), constata-se um superávit de R\$ 209.211,18, correspondente a 4,62%.

Face à perspectiva de déficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município **não** decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

No 1º quadrimestre de 2021, houve a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 1.077.899,99, o que corresponde a 26,39% da Receita Prevista até o período (inicial – R\$ 4.084.378,40) – docs. 08 e 09. Elevado percentual desfigura o orçamento original, contribuindo para o desequilíbrio orçamentário.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – doc. 10.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, referentes ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – doc. 10.

B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.1.3. PRECATÓRIOS

Verificamos que, a título de precatórios, depositou o Município a quantia de R\$ 114.665,64 no 1º quadrimestre de 2021 (doc. 11), esse valor importa em R\$ 4.990,76 a maior que o valor determinado pelo TJ-SP para o período, tomando como base as receitas correntes líquidas (docs. 12 e 13), como segue:

Competência Depósito	Receita Corrente Líquida (1)	RCL/12	Valor Correto Depósito 2,5% da RCL	Depósito Efetuado (R\$)
Jan/2021	13.360.261,96 (nov/20)	1.113.355,16	27.833,88	114.665,64
Fev/2021	13.024.643,27 (dez/20)	1.085.386,94	27.134,67	
Mar/2021	13.083.966,14 (jan/20)	1.090.330,51	27.258,26	
Abr/2021	13.175.071,76 (fev/20)	1.097.922,65	27.448,07	
TOTAL			109.674,88	114.665,64

(1) Valor calculado de acordo com o art. 101 da EC nº. 99/2017: 2,5% de 1/12 (um doze avos) da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês do pagamento.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1 – SERVIDORES EM COMISSÃO

Conforme relação apresentada pelo município (doc. 14), houve nomeações para quatro cargos em comissão no exercício de 2021, Diretor de Planejamento, Diretor de Saúde e Higiene, Diretor Promoção Humana, bem como Assessor de Governo.

Os cargos em comissão foram criados pela Lei Municipal nº 196/2001 e as atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 222/2001 (Docs. 15 e 16).

O primeiro ponto, é que na referida lei, para alguns cargos é exigido apenas ensino fundamental ou ensino médio, a saber:

Cargo	Requisito Mínimo
Chefe de Gabinete	Ensino Médio
Chefe do Setor de Compras	Ensino Médio
Chefe do Setor de Tributação	Ensino Médio
Chefe da E.M.E.F.E.I.	Ensino Médio
Chefe do Departamento de Estradas de Rodagem	Ensino Fundamental Incompleto
Chefe de Vigilância Epidemiológica	Ensino Fundamental
Chefe de Vigilância Sanitária	Ensino Médio
Chefe do Setor de Esportes e Lazer	Ensino Médio
Chefe do Setor de Pessoal	Ensino Médio
Diretor Administrativo	Ensino Médio
Diretor de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	Ensino Médio
Diretor de Educação e Cultura	Ensino Médio
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	Ensino Fundamental Incompleto
Diretor de Planejamento	Ensino Médio
Diretor de Promoção Humana	Ensino Fundamental Incompleto
Diretor de Saúde e Higiene	Ensino Médio
Diretor de Turismo Esporte e Lazer	Ensino Fundamental
Assessor de Governo	Ensino Fundamental

Solicitamos o comprovante de escolaridade dos comissionados nomeados em 2021 (doc. 17) e um dos nomeados não possui curso superior, Juliana Rissato, Diretora de Saúde e Higiene.

Com advento de novos paradigmas na Administração Pública, como os princípios da meritocracia e da eficiência, os cargos comissionados

devem conjugar, além da confiança pessoal, os critérios técnicos necessários para o desempenho da função.

Para evitar que cargos comissionados sejam ocupados sem o devido retorno de um serviço de qualidade para o órgão, a administração deve formalizar os níveis de capacitação, experiência, formação acadêmica ou especialização do cargo.

Os cargos em comissão estão ocupados em inobservância à jurisprudência deste Tribunal de Contas, haja vista a possibilidade de nomeação de pessoas com nível fundamental e médio de escolaridade, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Esta Corte já se manifestou em diversas oportunidades acerca da matéria, e trazemos a cola trechos das decisões dos processos TC's 001024/026/15 e 004949.989.16-4, referentes, respectivamente, às Contas Anuais da Câmara Municipal de Jaguariúna, exercícios de 2015 e 2016:

(...) A Edilidade é reincidente na falha, e mesmo após seguidos apontamentos, recomendações e determinações desta Corte de Contas, não promoveu a adequação das atribuições do cargo de Assessor Parlamentar ao nível de escolaridade exigido. Não há como se furtar da exigência e comprovação das competências intelectivas daquele que presta assessoramento, invariavelmente, no mesmo grau de complexidade dos serviços executados, porquanto se trata de auxílio técnico especializado (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Dimas Ramalho, nos autos do TC-1024/026/15, em sessão da Segunda Câmara (DOE 02/12/2017). (GNN)

(...) Em que pesem as justificativas ofertadas pelo Responsável, no sentido de que seus esforços para alterar o nível de escolaridade de referido cargo não contaram com a anuência dos demais edis, não considero passível de relevamento a violação sistemática ao Comunicado SDG nº 32/2015 e às recomendações e determinações que vêm sendo emitidas por esta Corte desde a apreciação das contas do exercício de 2012. A exigência de nível de escolaridade deve estar fundamentada na compatibilidade e complexidade das atribuições dos cargos de provimento em comissão, e não se pode negar que a falta de conhecimentos técnicos especializados afasta a excepcionalidade da atividade de assessoramento. **Nesta senda, renovo a determinação de que a edilidade passe a exigir nível superior de**



escolaridade para todos os cargos em comissão, cujas funções devem ser de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. **Diante da reincidência da impropriedade, entendo que o caso enseja, ainda, aplicação de multa ao Responsável**, nos termos do artigo 104, VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (...). Voto do Eminentíssimo Conselheiro, Dr. Sidney Estanislau Beraldo, nos autos do TC-4949.989.16-4, no julgamento das Contas da Câmara de Jaguariúna do exercício de 2016 (DOE 10/09/2019). (GNN)

Aliás, esse também foi o entendimento exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0210184-51.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Itapeva, cuja Ementa transcrevemos a seguir:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ação proposta objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Anexo da Lei Municipal nº 3.154 de 26 de dezembro de 2010, do Município que Itapeva, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Itapeva e dá outras providências — Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes — Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos — **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções Cargos de Assessor Parlamentar e Chefe de Gabinete Parlamentar que não se coadunam com o permissivo legal** — Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente” (grifo nosso).

Da mesma forma, se manifestou o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0130719-90.2011.8.26.0000, proposta pelo D. Procurador Geral de Justiça, em face do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito do Município de Tietê, cuja ementa transcrevemos abaixo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Legislações do Município que Tietê, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão. Funções que não exigem nível superior para seus ocupantes. Cargo de confiança e de comissão que possuem aspectos conceituais diversos. **Inexigibilidade de curso superior aos ocupantes dos cargos, que afasta a complexidade das funções.** Afronta aos artigos 111, 115, incisos II e V, e 144 da Constituição Estadual - Ação procedente. (GNN)



Outra questão a ser debatida é o fato das atribuições para os cargos estarem disciplinadas por Decreto ou invés de Lei, em desacordo com o artigo 48, X, da Constituição Federal. Neste sentido, decisão do STF:

No mérito, salientou-se, inicialmente, que a portaria adversada “fixou as atribuições dos cargos, as áreas de atividades, as especialidades e os requisitos de escolaridade e habilitação legal específica para ingresso nas Carreiras de Analista, Técnico e Auxiliar do Ministério Público da União”. Em seguida, registrou-se que os impetrantes teriam comprovado a falta de identidade entre as atividades que configuravam os cargos nos quais foram investidos e as funções que atualmente desempenhariam por força do ato impugnado. Aduziu-se que a mudança de atribuições dos cargos ocupados pelos impetrantes se dera por edição de portaria, meio juridicamente impróprio para veicular norma definidora de atividades inerentes e caracterizadoras de cargo público. **Nesse sentido, explicitou-se a necessidade de edição de lei para a criação, extinção ou modificação de cargo público.** O Min. Gilmar Mendes enfatizou a repercussão deste julgamento, tendo em conta que a mudança de atribuições por portaria seria prática comum na Administração Pública. Precedentes citados: ADI 951/SC (DJU de 29.4.2005); ADI 1591/RS (DJU de 16.6.2000) e ADI 2713/DF (DJU de 7.3.2003). MS 26955/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, 1º.12.2010. (MS-26955)Audio

Ante o exposto, entendemos irregular a nomeação da Diretora de Saúde e Higiene. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

B.3.2 PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

Os servidores da Prefeitura Municipal de Pracinha são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 196, de 18 de setembro de 2001 (doc. 15). A mesma lei, em seu artigo 46, dispõe que o limite máximo de horas extraordinárias para atender situações excepcionais e temporárias é de 02 (duas) horas por dia.

A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante o quadrimestre (total de horas extras pagas foi de R\$ 67.950,99 – doc. 18), sendo que, em alguns casos, em desacordo com o limite imposto pelo artigo 46 da Lei Municipal nº 196/2001, fato que foi objeto de alerta pelo Controle Interno em seu relatório quadrimestral.



Considerando os cinco dias úteis da semana (segunda a sexta-feira) em que seja possível trabalhar duas horas extras diárias permitidas pela Lei Municipal nº 196/2001, resultaria no equivalente a 10 (dez) horas semanais e cerca de 40 (quarenta) horas extras mensais. Entretanto, há funcionários que receberam em alguns meses do exercício horas acima do permitido, vejamos alguns exemplos:

Cód.	Cargo	JAN	FEV	MAR	ABR
1287	Motorista	28	26	38	64
2763	Motorista	55	47	47	47
4347	Assistente Social	33	50	35	50
04	Motorista	49	12	60	60
2585	Motorista	60	71	55	60
3824	Operador de Máquinas	45	40	41	41
663	Motorista	38	58	60	57
4392	Auxiliar de Enfermagem	5	33	12	60

Entendemos que o trabalho em sobrejornada deve ater-se a situações excepcionais e urgentes, não podendo ser utilizado de forma habitual em todos os meses do ano, sob pena de descaracterizar o objetivo do instituto das horas extras, equiparando-se a aumento salarial de servidores de forma indireta.

De acordo com o TST, para os empregados regidos pela CLT, em caso de serem suprimidas as horas extras pagas com habitualidade, total ou parcialmente, é assegurada ao empregado uma indenização, conforme segue o inteiro teor da súmula 291 do TST:

HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

A título de demonstração, dentre outras decisões judiciais semelhantes, com base na súmula 291, o TST proferiu julgamento referente a horas extras contra o município de Ponta Grossa-PR:

RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. SÚMULA N.º 291 DO TST. DEFERIMENTO DAS HORAS EXTRAS APENAS POR VIA JUDICIAL. INDENIZAÇÃO



DEVIDA. De acordo com os termos da Súmula n.º 291 do TST: "A supressão total ou parcial, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão". A referida Súmula trata, portanto, da supressão do serviço suplementar, sem fazer nenhuma referência ao raciocínio desenvolvido pelo Regional, no sentido de que o direito à indenização não poderia ser alcançado pela empregada, em virtude de não ter havido o efetivo pagamento das referidas horas extras habituais, sendo o seu deferimento apenas pela via judicial. Devida, portanto, a indenização de que trata a Súmula n.º 291 do TST. **Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido.** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n.º **TST-RR-518-58.2011.5.09.0024**, em que é Recorrente **SILMARA APARECIDA SANTOS FERREIRA SCHAFRANSKI** e Recorrido **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**.

Portanto, em caso de supressão das horas extras pagas com habitualidade, como no caso da Prefeitura de Pracinha, poderá o Município vir a ser condenado em futuras ações judiciais, tendo que pagar indenizações trabalhistas, o que irá onerar os cofres públicos, causando prejuízos ao erário municipal.

Como fator agravante, há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

No caso dos motoristas, a realização de horas extras em excesso expõe ao risco as pessoas por eles transportadas, tendo em vista a sobrecarga de trabalho a que são submetidos.

Por fim, o controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto (doc. 19), fato que desatende a determinação já feita por este Tribunal de Contas por ocasião do julgamento das Contas Anuais do exercício de 2016 (TC-004034.989.16-0), em voto proferido em 09/10/2018:



“Adote medidas corretivas objetivando evitar novos casos de descontrole na jornada de trabalho de seus funcionários, incluindo a imediata implantação de sistema eletrônico de controle de ponto, de preferência biométrico, para todos os servidores municipais, objetivando obter o controle mais eficiente de todos os setores do órgão (determinação)”.

B.3.3. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVA COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014 (Doc. 20) criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exijam a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho, de forma continuada, conforme preconizado pelo artigo 2º da citada lei.

Entendemos que o pagamento de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade, pois o pagamento além da jornada normal, quando necessário, deve ser resolvido com a criação de um banco de horas para compensação dos serviços prestados após o horário regular de trabalho ou remunerado a título de horas extras.

Para agravar a situação, constatamos que os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada. A seguir, elencamos os motoristas que no 1º quadrimestre de 2021 receberam a gratificação (informações extraídas do Portal BI – doc. 21) juntamente com o pagamento de horas extras (doc. 18):

Nome	Gratificação	Hora Extra
Aildo Machado	R\$ 2.310,72	R\$ 963,20
Anderson Ricardo da Silva	R\$ 1.377,80	R\$ 2.369,94
Daniel Fialho de Carvalho	R\$ 1.566,27	R\$ 1.204,65
Givan dos Santos	R\$ 2.414,68	R\$ 2.444,30
Hugo Paulo Tenório	R\$ 2.523,36	R\$ 3.250,21
José Edimárcio da Silva	R\$ 2.755,60	R\$ 3.117,55
José Maria Teixeira Ribeiro	R\$ 2.636,92	R\$ 1.549,64
Lino Fernando Lorenzo	R\$ 2.414,68	R\$ 2.368,03
Valdeni Aparecido de Abreu	R\$ 2.211,20	R\$ 999,18

Conforme exposto, houve o recebimento por parte dos motoristas

citados da gratificação de dedicação exclusiva cumulada com o pagamento de horas extras de forma irregular.

Embora conste no artigo 6º, § 3º da Lei nº 589/2014 que o recebimento da Gratificação de dedicação de tempo exclusiva não impede o recebimento de outras gratificações e adicionais previstos em lei, entendemos que houve duplo pagamento como forma de remunerar o mesmo serviço.

Dessa forma a **finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário**, por isso, entendemos que a Lei Municipal nº 589/2014 proporciona ao funcionário o **recebimento de duas remunerações para a mesma finalidade**: executar suas funções em horário diferenciado.

Assim, propomos que a Origem proceda à cessação dos pagamentos das horas extras aos motoristas beneficiários da Lei Municipal nº 589/2014.

Ante o exposto, entendemos irregulares os pagamentos da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, pois contraria o princípio da impessoalidade, moralidade e eficiência, consistindo em forma irregular de aumento dos vencimentos. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

B.3.4 - FUNCIONÁRIO COM MAIS DE 75 ANOS

A Prefeitura Municipal de Pracinha possui dois funcionários com mais de 75 anos de idade, Jurandir de Camargo e Antonio Zanelli, conforme fichas funcionais dos servidores juntadas nos Docs. 22 e 23.

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 40, § 1º o seguinte:

Art. 40...

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

Inciso II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

A exigência da lei complementar foi atendida com a edição da Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015, que em seu artigo 2º, I, estabelece:



Art. 2º Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:

I - os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;

Ainda que a própria Constituição Federal e a Lei Complementar preveja expressamente a aplicação dos seus dispositivos aos servidores titulares de cargos efetivos regidos pelo regime próprio de previdência social, a jurisprudência dos Tribunais Trabalhistas reconhece a aplicação destes dispositivos também aos funcionários públicos regidos pelo Regime Geral de Previdência Social, como se vê no seguinte julgado:

Embora a Lei Complementar nº 152/2015, que regulamentou o artigo 40, § 1º, II, da CR/88, dispondo sobre a aposentadoria compulsória por idade, não tenha relacionado, expressamente, em seu artigo 2º, I, os empregados públicos, a estes também deve ser aplicada a norma legal, sob pena de violação a princípio da isonomia.". (TRT8-RO 00000464420165080207, Relatora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR. Data de Julgamento: 21/06/2016, 1º Turma, Data de Publicação DJE: 21/06/2016) (TRT18, ReeNec – 0010146-96.2018.5.18.0017, Rel. LUCIANO SANTANA CRISPIM, 3ª TURMA, 01/10/2018).

Além disso, ainda que possa haver entendimento jurisprudencial contrário à aplicação da Lei Complementar nº. 152/2015 em relação aos empregados públicos, deve-se lembrar que a Prefeitura Municipal é autorizada a elaborar o requerimento da aposentadoria compulsória do funcionário após os 70 anos de idade, e da funcionária após os 65 anos de idade, desde que tenham cumprido o período de carência e que sejam regidos pela CLT, nos termos do artigo 51 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 51. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

Desse modo, entendemos que a manutenção nos quadros da Prefeitura de servidores que atingiram o limite de 75 anos é irregular e deve ser objeto de providências pela Origem em atendimento aos preceitos legais aplicáveis no caso, ou seja, aposentando compulsoriamente o referido servidor.

B.3.5 – SERVIDORES APOSENTADOS QUE PERMANECEM ESTÁVEIS

A Prefeitura Municipal de Pracinha possui 10 servidores efetivos que já são aposentados pelo INSS e que continuam trabalhando no Órgão (doc. 24).

Conforme já mencionado, o regime de relação trabalhista adotado por Pracinha é o celetista, instituído pela Lei Municipal nº 196/2001, sendo que não há previsão de que o cargo se torna vago com a aposentadoria do servidor.

Ocorre que, houve a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, em vigor desde 13 de novembro de 2019, que promoveu alterações no artigo 37 e inseriu o § 14 na CF/88, o qual estabelece que a aposentadoria concedida com a utilização do tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

O parágrafo 6º da Emenda Constitucional nº 103/2019 prevê que o citado dispositivo não se aplica a aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional.

Esta Corte de Contas no TC-005149.989.19 da Câmara Municipal de Inúbia Paulista relativa à apreciação das Contas do exercício de 2019, decidiu neste sentido:

“As alterações introduzidas pela Reforma da Previdência, em especial quanto à nova redação do art. 37, § 14, da Constituição Federal, não abrangem a situação da servidora em comento, vez que a hipótese de extinção de vínculo com a Administração só se aplica às aposentadorias concedidas pelo RGPS após 13 de novembro de 2019”.

Diante do exposto, no Município de Pracinha há 01 (um) servidor que se aposentou após a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, Aparecido Laurentino, que se aposentou em 15.05.2020, não podendo mais permanecer no quadro de pessoal da Prefeitura.

B.3.6 - PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM O LAUDO VIGENTE

O Setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Pracinha forneceu a relação dos funcionários que recebem adicional de insalubridade em desacordo com o laudo de insalubridade vigente devido a decisões judiciais (doc. 25).

Porém, há outros servidores recebendo o adicional (doc. 26) em desacordo com o Laudo de Insalubridade da Prefeitura de Pracinha, atualizado em 31/12/2019 (doc. 27), sem amparo em decisão judicial, vejamos:

Funcionário	Função	Percentual Laudo	Percentual recebido
Aildo Machado	Motorista da Saúde	20%	40%
Anderson Ricardo da Silva	Motorista da Saúde	20%	40%
Antonio Henrique da Silva	Ajudante Geral	20%	40%
Aparecido Jose dos Santos	Motorista da Educação	Inconcluso	40%
Givan dos Santos	Motorista da Saúde	20%	40%
Hugo Paulo Tenório	Motorista da Saúde	20%	40%
José Edimário da Silva	Motorista da Saúde	20%	40%
José Fernandes da Silva	Motorista da Saúde	20%	40%
José Maria Teixeira Ribeiro	Motorista da Saúde	20%	40%
Jose Mario dos Santos	Motorista da Educação	Inconcluso	40%
Jose Messias Gomes Pereira	Tratorista	20%	40%
Lino Fernando Lorenzo	Motorista da Saúde	20%	40%
Luiz Antonio Menin	Motorista da Educação	Inconcluso	20%
Marcio Fernando Ronca	Encarregado de Frota	-	40%
Osmar Barbosa de Oliveira	Operador de Máquinas	20%	40%
Paulo Cesar Damião da Silva	Motorista da Saúde	20%	40%
Sidnei Soares de Oliveira	Motorista da Educação	Inconcluso	40%
Wagner Esterquile de Azevedo	Motorista da Educação	Inconcluso	40%

Isto posto, propomos recomendação à Origem para que se adeque ao Laudo de Insalubridade, dele excluindo os funcionários que não fazem jus a tal adicional, bem como adequando o percentual daqueles que estão em desacordo com o Laudo.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados (docs. 28 e 29):

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	27,83%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,26%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	23,40%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	57,51%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	57,52%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	43,85%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	57,51%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	57,52%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	43,85%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado**, por 03 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados doc. 07.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

A Secretaria/Diretoria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino.

Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem. Das medidas informadas, destacamos (doc. 30):

- As aulas remotas foram realizadas por meio de whatsapp e apostilas impressas.
- Os materiais impressos eram retirados na escola pelos alunos da zona urbana e entregues nas casas dos alunos da zona rural.
- 5% dos educandos apresentaram dificuldade de acesso à internet. Estes alunos foram orientados através de ligação para a realização das atividades propostas.
- Não houve investimento da Prefeitura em recursos tecnológicos para viabilizar o ensino a distância.

C.1.1 DESCUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

A Lei Municipal nº 437, de 08 de janeiro de 2010 instituiu o Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público de Pracinha (Doc. 31), alterado

pelas Leis Municipais nº 454, de 04 de Maio de 2010 (Doc. 32) e nº 505, de 31 de janeiro de 2012 (Doc. 33).

Por meio da Lei Municipal nº 671, de 20 de fevereiro de 2018 (doc. 34) ocorreu a última reclassificação dos vencimentos dos servidores do quadro do Magistério Municipal, sendo que as remunerações dos professores ficaram, desde a época da aprovação dessa Lei, da seguinte forma:

Cargo	Jornada (Horas Semanais)	Vencimentos (Faixa/Nível 1)	Piso Nacional Proporcional vigente
Professor de Creche	40	R\$ 2.455,35	R\$ 2.886,24
Professor de Educação Infantil	26	R\$ 2.247,14	R\$ 1.876,05
Professor de Educação Básica I	30	R\$ 2.592,83	R\$ 2.164,68
Professor de Educação Básica II	11 (reduzida)	R\$ 1.360,75	R\$ 793,71
	15 (básica)		R\$ 1.082,34
	24 (completa)		R\$ 1.534,64

A Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério, não reajustou o piso em 2021, assim o valor do piso salarial continuara R\$2.886,24 para uma jornada de 40 horas semanais, devendo ser adequada proporcionalmente em caso de jornada inferior a 40 horas.

Ante o exposto, para início de carreira, ou seja, em cumprimento do estágio probatório estabelecido pelo artigo 15 da Lei 437/2010, a remuneração inicial do Professor de Creche e do Professor de Educação Básica II (24 horas), encontra-se estabelecida abaixo do piso nacional do magistério.

C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados (doc. 35):

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	24,71%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	19,36%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	15,72%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A Prefeitura Municipal não estimula, entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade, projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais, assunto abordado na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (questão 3 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não possui Plano Municipal nem Plano Regional de Saneamento Básico, contrariando o estabelecido pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico que alterou a redação do artigo 9º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (questão 9 do IEGM-2020).
- O Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não foi elaborado conforme estabelece a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (questão 11 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal informou que não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, contrariando o estabelecido no artigo 19, incisos XIV e XV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (questão 12 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (questão 14 do IEGM-2020).



PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A Prefeitura Municipal informou que não foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC ou órgão similar responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município, o que dificulta o cumprimento dos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão 01 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão 02.1 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não realiza identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (questão 03 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil. Este assunto é abordado no artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e na Lei Federal nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 (questão 03 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (questão 07 do IEGM-2020).

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Sob amostragem, constatamos as seguintes ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A Prefeitura Municipal informou que não possui uma área ou departamento de Tecnologia da Informação (TI) (questão 01 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal informou que não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro, o que pode comprometer o diagnóstico, o planejamento e a gestão dos recursos dos processos relacionados a Tecnologia da Informação (questão 02 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório, o que dificulta o cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(questão 03 do IEGM-2020).
- A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) (questão 09 do IEGM-2020).

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, tendo em vista que houve entrega intempestiva ao Sistema AUDESP (doc. 36), deixamos de protocolar o processo de controle de prazos, pois a pendência foi resolvida após simples solicitação.



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

ITEM A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- Autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual de 15%, ou seja, acima da inflação.
- LOA autorizou a abertura de créditos adicionais por decreto em percentual em acima da inflação (15%).
- Não há estrutura administrativa voltada para planejamento.

ITEM A.3. OBRAS PARALISADAS

- Há duas obras paralisadas no município.

ITEM B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

- Considerando as despesas empenhadas, a Prefeitura Municipal apresentou um déficit de 28,01% e, levando-se em conta apenas as despesas liquidadas, verifica-se um superávit de 4,62%;
- Houve a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições corresponde a 26,39% da Receita Prevista para o período.

ITEM B.3.1 – SERVIDORES EM COMISSÃO

- O preenchimento da maioria dos cargos em comissão na Prefeitura de Pracinha exige apenas ensino fundamental ou ensino médio, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.
- As atribuições para os cargos em comissão estão disciplinadas por Decreto ou invés de Lei, em desacordo com o artigo 48, X, da Constituição Federal.
- uma das nomeadas para cargo em comissão no exercício não possui ensino superior, assim, entendemos irregular sua nomeação.

ITEM B.3.2 PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

- A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante o quadrimestre (total de horas extras pagas foi de R\$ 67.950,99).
- Há funcionários que receberam em alguns meses do exercício horas extras acima do permitido.
- Há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização.
- O controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto.

ITEM B.3.3. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVA COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

- A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014, criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exijam a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho.
- Entendemos que o pagamento de gratificação sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere aos princípios da eficiência e da economicidade.
- Os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada, sendo que a finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário.

ITEM B.3.4 - FUNCIONÁRIO COM MAIS DE 75 ANOS

- A Prefeitura Municipal de Pracinha possui dois funcionários com mais de 75 anos de idade, contrariando o artigo 40, § 1º da CF e artigo 2º, I, da Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015.

ITEM B.3.5 – SERVIDORES APOSENTADOS QUE PERMANECEM ESTÁVEIS

- No Município de Pracinha há 01 (um) servidor que se aposentou após a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019, Aparecido Laurentino, que se aposentou em 15.05.2020, não podendo mais permanecer no quadro de

pessoal da Prefeitura.

ITEM B.3.6 - PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM O LAUDO VIGENTE

- Há servidores recebendo o adicional em desacordo com o Laudo de Insalubridade da Prefeitura de Pracinha, sem amparo em decisão judicial.

ITEM C – ENSINO

- 5% dos educandos apresentaram dificuldade de acesso à internet, porém, não houve investimento da Prefeitura em recursos tecnológicos para viabilizar o ensino a distância.
- Descumprimento do piso salarial do magistério.

ITEM E.1. IEG-M – I-AMB

-Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da administração municipal.

ITEM F.1. IEG-M – I-CIDADE

-Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da administração municipal.

ITEM G.2. IEG-M – I-GOV TI

-Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da administração municipal.

ITEM H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Entrega intempestiva ao Sistema AUDESP.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-18.2, 6 de julho de 2021.

Jaqueline Otsuki Fredi
Agente da Fiscalização